

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E MORTALIDADE NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE BELO HORIZONTE

Soraia Cássia Morato Simões⁶⁸

RESUMO: Este artigo foi elaborado a partir das pesquisas realizadas no Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero, Raça e Etnia. Seu objetivo principal é discutir a relação entre raça, gênero e as mortes violentas que ceifam a vida dos jovens que chegam ao Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, vítimas de mortes violentas. Considerar que as construções sociais como as que envolvem as categorias acima, juntamente com o consumo excessivo, incentivado pelo capital, têm influência direta na formação da identidade dos indivíduos. Estes foram os princípios norteadores, aqui utilizados, no intuito de confirmar ou negar a hipótese do trabalho, qual seja, que as vítimas têm em comum o fato de serem indivíduos jovens, não brancos, do sexo masculino e moradores de bairros pobres de Belo Horizonte e de sua região metropolitana. A coleta de dados, que subsidiou o trabalho e consequentemente este artigo, foi realizada pelos analistas/assistentes sociais da Polícia Civil/MG, lotados no Instituto Médico Legal. A partir desse estudo concluímos que as construções sociais, contribuem para acionar o gatilho da violência que leva estes jovens à morte.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Consumo. Construções sociais. Violência.

Introdução

O tema desse estudo surgiu da inquietação da autora diante do grande número de jovens, que chegam todos os dias ao Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte, vítimas de morte violenta. Realizado através de uma pesquisa de caráter explicativo, “tem por objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos!” (ARAÚJO, BARRETO, HEIBORN, 2011, p.31. Mod. VI), recorreu-se às informações dos familiares que procuram o IML de Belo Horizonte com o objetivo de liberar os corpos.

Nosso principal objetivo foi traçar o perfil dos jovens que chegam a essa instituição vítimas de morte violenta e correlacioná-los com as construções sociais. Embasados em conceitos trazidos por alguns autores sobre determinadas categorias, iniciamos uma discussão sobre a influência dessas categorias na construção da

identidade e sedimentação de valores que compõem a personalidade do ser social.

De acordo com o Mapa da violência 2015, cresce a cada ano o número de morte violenta entre a população jovem no Brasil. Os dados apontam que a maior incidência de homicídios ocorre em indivíduos a partir de 13 anos, atingindo seu ápice em vítimas de 20 anos de idade, percebendo-se a partir daí uma queda nos próximos períodos de vida. “Morte violenta é aquela que resulta de uma ação exógena e lesiva (suicídio, homicídio, acidente) mesmo tardiamente sobre o corpo humano” (CROCE E CROCE JUNIOR, 2012, p.s/n).

Afinal, quais características são comuns a essas vítimas? Até que ponto questões ligadas a gênero, influenciam no uso da violência para a resolução de conflitos? A questão racial faz com que indivíduos declarados como não brancos estejam em maior situação de vulnerabilidade

68 Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Una. Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero, Raça/Etnia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Especialista em Gestão Pública no Setor de Saúde, pela Universidade Federal de Minas Gerais e Analista/Assistente Social da Polícia Civil de Minas Gerais, lotada no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. Artigo apresentado no 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais

social e, conseqüentemente, mais próximos desse tipo de morte? Essas foram algumas das indagações, desta autora, sobre a temática da violência e das relações sociais que deram origem ao estudo realizado.

Cientes da dinamicidade que envolve nosso objeto de pesquisa não intencionamos, em nenhum momento, apontar as causas específicas do acometimento de morte violenta a um número cada vez maior de jovens, mas sim, propiciar o vislumbre da violência cometida e sofrida por esses jovens dentro de uma perspectiva que explique este fenômeno relacionando-o a um contexto social e cultural mais amplo.

Desenvolvimento

Face ao exposto, pesquisar sobre mortes violentas cujas vítimas são jovens, contemplando as construções sociais que dão vida ao preconceito, à banalização da vida humana e ainda são capazes de provocar um consumo alienado, como forma de inserção do Ser Social, sob a ótica desta pesquisadora, pode propiciar mudanças de paradigmas. Ou, ainda, auxiliar a política de segurança pública a encontrar novos caminhos para o combate à violência.

Nessa discussão, apresentamos o conceito de violência trazido por MICHAUD (1989) para o qual:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou mais atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989. p. 10, apud STREY, 2004. p.13-14).

Nesse sentido, podemos compreender a afirmação de que “toda violência é uma violação da humanidade do homem, um agravo à dignidade da humanidade do homem. É essencial dizer que a violência invalida a dignidade da humanidade” (MULLER, 2007. p. 82). Cabe ressaltar que anular a dignidade humana, por si só, já fere um dos

fundamentos da nossa constituição elencada no artigo 1º, inciso III, que é justamente a dignidade da pessoa humana. Portanto, coibir o uso da violência, mesmo que não incorra em lesões corporais ou culmine em morte, já se configura em uma atribuição do setor de segurança pública.

Considerando que a segurança pública é um dever do Estado, e que a presença deste na elaboração e implantação de políticas públicas sociais é fundamental para reverter o contexto vivido não apenas pelos jovens, mas pela população de forma geral, compactuamos com o que pontua Inojosa (2001 p.103), que a “violência não se resolve com a repressão à criminalidade, mas principalmente, com educação, distribuição de renda e outras ações sociais”.

Entendemos que para além de um simples mediador de conflitos ou “gestor da pobreza e da miséria”, conforme afirma DELGADO & THEODORO (2003, p.124), o Estado precisa garantir a efetividade das políticas sociais universalistas. Além disso, estas devem trabalhar em conjunto com as chamadas “políticas afirmativas”, pois as políticas universais não são capazes de dar conta das desigualdades que permeiam determinados grupos sociais, alvos de discriminação e exclusão históricas. Tal afirmação é confirmada por BOBBIO (1998, p.169-170), quando pondera sobre a conversão de desigualdades naturais em desigualdades sociais, em função do grande valor que a sociedade lhes outorga. Segundo esse mesmo autor:

As diferenças entre sexos, entre jovens e velhos, entre indivíduos de raças diversas tornam-se diferenças sociais, quando uma sociedade escolhe tais diferenças como critérios para a atribuição dos vários papéis sociais; tornam-se desigualdades sociais, quando os papéis são distribuídos por diversos níveis da escala social. Há aqui desigualdade social no pleno significado do termo, porquanto se podem conceber, e até frequentemente encontrar, na história, tipos de sociedade para os quais as diferenças de sexo, de raça e de geração não são, ou não são do mesmo modo, critérios de destinação dos indivíduos aos papéis sociais (BOBBIO, 1998. p. 170).

Tais considerações nos levam aos fatos sociais de Durkheim (2007, p.1, 2, 3,6) e às representações coletivas e/ou sociais, assim como suas influências em nosso cotidiano. De acordo com este autor, muitos dos papéis que desempenhamos diariamente, assim como a forma de nos comportar, adveio da educação. Em outras palavras, quando o indivíduo deixa o chamado estado de natureza e se torna um ser social, ele precisa seguir normas, leis, costumes e práticas que tornem possível sua convivência em sociedade.

Conforme pontuado por Durkheim (2007, p. 6) a educação, principalmente a que ocorre ainda na infância, é a melhor forma de transmissão ou disseminação desses fatos, haja vista que com o passar dos anos, o indivíduo interioriza-os de tal forma que os naturaliza. Cabe ressaltar que a moral, o comportamento e os deveres repassados, quase sempre são frutos do interesse da classe dominante, que pode ser descrita como hegemônica e que busca modelar o ser social para uma convivência harmoniosa em sociedade.

Desta feita, surgem as representações Sociais que, segundo Jodelet, (2002, p. 22 apud ARRUDA, 2002, p.139) “[...] são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, [...] que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Para uma melhor compreensão da correlação entre as construções sociais e a mortalidade dos jovens, apresentaremos três conceitos que contribuíram para esta discussão:

O primeiro refere-se à categoria gênero, que segundo Prazeres, (2003, p.16) “diz respeito à construção social do “ser-se homem ou ser-se mulher”, elaborada a partir das diferenças biológicas entre ambos os sexos”. Melhor dizendo, o termo gênero tem a ver com a demarcação dos papéis que os seres masculinos e femininos devem representar para não serem excluídos e ficarem à margem da sociedade, nada tendo a ver com a definição biológica, em que os órgãos internos e

demais características físicas irão fazer com que aquele indivíduo seja considerado macho ou fêmea.

Já o segundo conceito refere-se à raça, que segundo Munanga (2003, p.01) é um termo “[...] utilizado para designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que tem um ancestral comum e que ipso facto⁶⁹ possuem algumas características físicas em comum”. Este referido autor ainda alega que, tendo em vista a diversidade de características da espécie humana, é pertinente a realização de uma classificação. Saliente-se que o problema não está na classificação, mas sim no constructo social que permeia o termo raça. Cujo objetivo é persuadir um determinado segmento da sociedade que determinada raça em virtude do tom da pele, da cor dos olhos e demais particularidades fenóticas é superior ou inferior às demais raças.

Em outras palavras, a categoria raça surgiu para legitimar a dominação e o poderio de determinado grupo social sobre outro. Com base nisso, a então denominada raça branca promoveu a segregação racial dos chamados negros, contribuindo também para que alguns, dentre os próprios negros, interiorizassem uma inferioridade sem nenhum embasamento científico ou de qualquer natureza (ARAUJO, BARRETO, HEILBOM, 2010, mod. III).

Quanto ao terceiro conceito, refere-se ao consumismo. “O consumo alienado não é um meio, mas um fim em si, torna-se um poço sem fim, [...] a ânsia do consumo perde toda a relação com as necessidades reais do homem” (ARANHA, 1993, p.49). Levando-se conta que segundo Marx (1977)⁷⁰ as relações sociais irão se desenvolver de acordo com o modo de produção; e que o modo de produção vigente é o capitalismo, cuja razão de sua existência é a geração de lucro; e que este, demanda a compra e venda de mercadorias, dessa forma, fica fácil entender o porquê, de se criar necessidades para estimular o consumo.

69 Locução latina que significa pelo próprio facto. Expressão usada para indicar algo que é consequência de algo referido anteriormente (PRIBERAN DICIONÁRIO).

70 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia alemã. 1977 p.27-8 apud IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul, 2008, p.17.

Nas sociedades pré-industriais, ou melhor, antes do advento do capitalismo, a produção estava vinculada ao consumo e o excedente, na maioria das vezes, era utilizado para troca. O que não significa que se consumia somente o necessário para sobreviver, mas sim, que as necessidades de se adquirir determinado produto não eram criadas para estimular seu consumo, conforme ocorre na atualidade. O celular é um bom exemplo disso. A todo o momento surgem novos modelos, com aplicativos mais modernos que buscam vender a ilusão de que seu uso, além de conectá-lo ao mundo virtual, promove automaticamente sua inserção na sociedade.

Reiterando o que pontua Durkheim (2007, p.06), a forma mais profícua de transmissão ou disseminação dos fatos ou construções sociais é através da educação, principalmente a que ocorre na infância. Percebe-se quão grande pode ser a influência dessas construções na formação da identidade do indivíduo. É certo que elas irão se dar, em maior ou menor proporção, de acordo com o contexto histórico, o local e a forma de viver de cada um, assim como as diferentes reações de cada indivíduo diante do mesmo fato. Todavia, não se pode negar a influência dessas construções sociais, pois mesmo fazendo parte de sua elaboração, o indivíduo é dialeticamente influenciado por elas, que muitas vezes contradizem suas escolhas e o excluem do meio social em que vive.

Acerca da identidade, Melo (2014, p.01) esclarece que “a construção da identidade pessoal é considerada a tarefa mais importante da adolescência, o passo crucial da transformação do adolescente em adulto produtivo e maduro”. Para finalizar, o autor supracitado esclarece que a identidade se caracteriza por uma “concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com as quais o indivíduo está solidamente comprometido” (idem).

Corroborando com esta ideia é mister ressaltar que além dos conflitos habituais da adolescência envolvendo transformações físicas

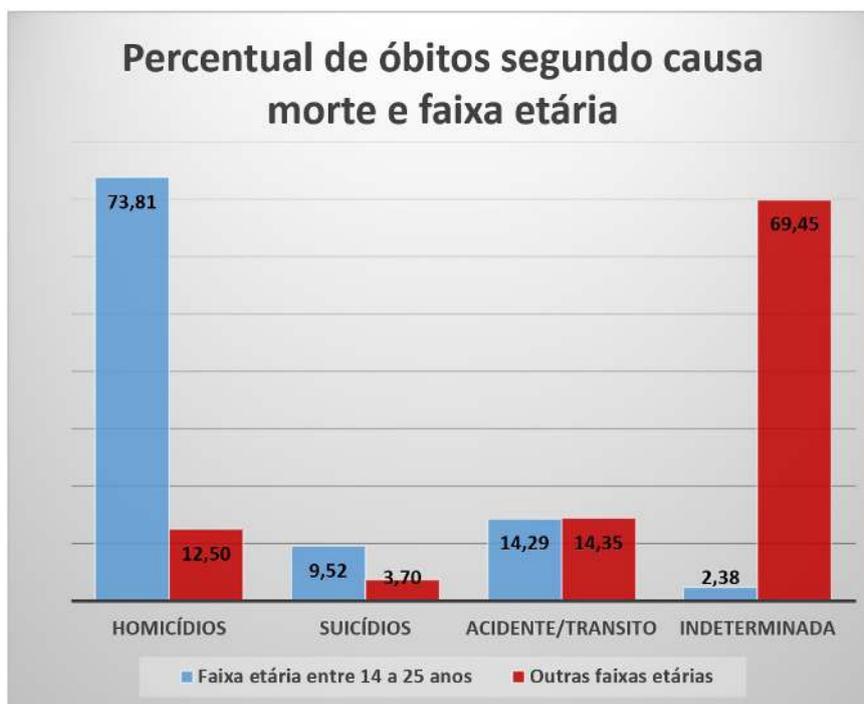
e psicossociais, as categorias gênero, raça e consumismo perpassam a vida desses jovens e, conseqüentemente, contribuem para moldar sua identidade, e, por conseguinte, acionam o gatilho da violência, que transforma as vítimas em seus próprios algozes.

No intuito de apresentar aos leitores o perfil dos jovens que chegam diariamente ao Instituto Médico Legal de Belo Horizonte vítimas de morte violenta, traremos informações dos dados obtidos através da pesquisa de campo realizada no Instituto Médico Legal no período de 01 de novembro a 01 de dezembro de 2014. Dessa forma será possível correlacioná-los com as construções sociais abordadas nesse artigo e que influenciam para a formação da identidade do sujeito. É importante esclarecer que, para fins dessa pesquisa, foram considerados jovens, indivíduos entre 14 a 25 anos e que foram preenchidos 260 questionários, no ato da emissão da declaração de óbito (DO). Outro fato relevante, é que se utilizou no quesito raça/cor a terminologia “não brancos”, pois engloba pardos e negros. Cabe destacar que durante a coleta de dados percebemos uma grande dificuldade da família em fazer a heteroclassificação⁷¹. A maioria norteia-se pelo tom mais claro ou mais escuro da pele. Em geral, os parentes dos falecidos, os declaravam mais claros do que na visão do assistente social responsável pelo preenchimento da DO.

Note-se que dentre o montante de jovens que deram entrada no IML no período apurado, 73,81% foram vítimas de homicídio, enquanto nas demais faixas etárias, esse percentual cai para 12,50%. O percentual de jovens entre 14 a 25 anos que cometem suicídio também é maior, com relação às outras faixas etárias. Percebe-se no gráfico abaixo que não é comum casos de morte de cunho indeterminado⁷² entre a população jovem. Outro fato que nos chama a atenção é que, mesmo considerando que não é permitido ao jovem dirigir em parte do período etário pesquisado, a diferença envolvendo acidentes de trânsito é relativamente pequena.

71 Classificação racial feita por pessoas muito próximas, a que se encontra impossibilitada de se autodeclarar (MIRANDA, 2010).
72 Considera-se nesse artigo Morte Indeterminada aquela, cuja causa não está explícita, contudo a hipótese de “morte violenta” foi descartada.

Gráfico 1



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014 – Período apurado 01/11/2014 a 01/12/2014

No entanto, cabe lembrar que, o percentual pode tornar-se grande ou pequeno diante do total de óbitos, dentro de cada faixa etária. Salienta-se que, em acidentes de trânsito estão incluídos os atropelamentos, dos quais os idosos são as maiores vítimas.

Quanto aos dados que consideram a causa morte por faixa etária/sexo, verificamos que as vítimas do sexo masculino são maioria em todas as faixas etárias, não apenas entre jovens. Este quadro só se modifica em se tratando de suicídio dentro da faixa etária pesquisada, onde há uma propensão maior do sexo feminino. Se nos atermos aos homicídios, onde os jovens representam mais da metade das vítimas, também o número de vítimas do sexo masculino nesta faixa etária equivalerá a mais de 90%.

Questões relacionadas a gênero, mais precisamente à violência de gênero, têm sido pauta de inúmeras discussões entre pesquisadores e juristas. Entretanto, é comum associarmos violência de gênero à violência cometida contra as mulheres. Todavia, cabe ressaltar que conforme

bem pontua Prazeres (2003, p.19), uma das formas de garantir a equidade feminina talvez seja buscar conhecer mais a fundo a condição masculina. Ainda segundo o mesmo autor, “em alguns casos pode acontecer que os custos da masculinidade excedam os benefícios e privilégios” (PRAZERES, 2003, p.19).

“Ser socializado” para não expressar emoções (“um homem não chora”), para não manter relações de grande proximidade e intimidade, até com os próprios filhos, para usar de violência na resolução de conflitos e na salvaguarda da honra, para ser forte em todas as ocasiões, para começar a trabalhar em idade precoce fora de casa está, para muitos indivíduos, entre os custos possíveis do “tornar-se homem”. [...] As especificidades de gênero permitem entender melhor não só a dimensão de alguns índices de morbidade e mortalidade, mas também o modo como a socialização no masculino ou no feminino é determinante dos comportamentos, em particular dos designados “de risco” (PRAZERES, 2003, p.19-21).

Notadamente é perceptível que a violência de gênero que a sociedade busca combater é alimentada por ela mesma ao determinar papéis e definir comportamentos. Convém precisar que, da mesma forma que na infância, a educação propicia a introjeção das construções sociais e a sua aceitação como parte integrante do cotidiano da vida em sociedade. O conhecimento nos liberta e permite a percepção do todo e de sua essência.

Com relação aos dados que consideram a causa morte por faixa etária, segundo raça/cor, concluímos que o índice de morte violenta entre indivíduos não brancos é muito maior, não apenas dentro da faixa etária de 14 a 25 anos, mas em todas as faixas etárias. (Excetuando-se as vítimas de suicídio e de causa indeterminada, em que as vítimas de cor branca, na faixa etária escolhida para esta pesquisa são maioria). De qualquer modo, no montante, o número de vítimas consideradas não brancas pelos familiares é superior ao de indivíduos tidos como brancos. Ao analisar apenas o percentual total de vítimas de homicídio durante o período pesquisado, identifica-se que 80,65% são indivíduos não brancos e apenas 19,35% foram declarados brancos pelos familiares no ato do preenchimento da declaração de óbito. Esse resultado não nos surpreende em nada, pois a hierarquização das raças que nomeia indivíduos como seres superiores em detrimento de outros em função de diferenças fenotípicas foi responsável pelo tráfico, exploração e coisificação dos negros durante décadas.

No Brasil, os três séculos de escravidão e crueldade deixaram marcas indeléveis para a população afrodescendente. Como resultado, assistimos o ciclo intergeracional da pobreza e exclusão como parte do cotidiano da população negra. Fato comumente visto como parte da desigualdade social existente no Brasil, em nome de uma pseudodemocracia racial que por muito tempo mascarou o racismo e a desigualdade racial em nosso país.

Para melhor compor o perfil dessas vítimas julgamos ser pertinente apresentar o grau de escolaridade do público em questão. Após análise dos dados constatou-se que a maioria

das vítimas cursou até o equivalente ao ensino fundamental II, ou seja, até a antiga oitava série. Fato que irá repercutir diretamente no mundo do trabalho e consequentemente na renda desses indivíduos. Outro ponto que merece destaque é que a maioria das vítimas eram trabalhadores informais ou classificados como “sem ocupação” por seus familiares. Também foi possível perceber que a maioria das vítimas é moradora de bairros pobres de Belo Horizonte ou região metropolitana como: Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Paralelo a essas informações, consultamos o Registro de Defesa Social (REDS), e verificamos que esses locais apontados como locais de moradia das vítimas apresentam um índice bastante representativo de Registro de Crimes Violentos.

Considerações finais

A conclusão sobre o perfil das vítimas de morte violenta que chegam ao IML/BH confirmou a hipótese inicial e é semelhante ao apresentado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/MG), que deu origem ao Fica Vivo, assim como, ao apresentado pelo Mapa da Violência 2015. São em sua maioria: jovens, do sexo masculino, não brancos, com baixa escolaridade, exercendo profissões de baixa remuneração e moradores de bairros pobres. O diferencial desse estudo é o entendimento de que o fato do jovem se mostrar mais susceptível ou vulnerável diante do narcotráfico, assim como o seu desprezo pela vida do outro ou a sua, vai além das vulnerabilidades econômicas e sociais; que também são muito importantes e precisam ser consideradas. Perpassa por questões ligadas à cultura e à educação da sociedade na qual está inserido, ou melhor dizendo, está diretamente relacionado às construções sociais que determinam papéis a serem desempenhados e buscam valorar o ser social segundo padrões previamente estabelecidos pela classe hegemônica. Na tentativa de se inserir onde sempre esteve excluído, o jovem utiliza-se da violência como forma de poder e também cede ao apelo do consumo que lhe propicia a mesma

sensação. Nessa perspectiva, torna-se um alvo fácil de ser manipulado por criminosos experientes.

Daí a importância da presença do Estado através de políticas públicas, que precisam ser monitoradas e avaliadas periodicamente para que cumpram o seu papel. É fácil entrever que a falta de recursos, planejamento, monitoramento e avaliação na implementação e execução das políticas públicas, e por que não dizer, falta de “vontade política”, são responsáveis pela não efetividade da política de segurança pública no combate à violência e à criminalidade.

Diante dos fatos apresentados infere-se a importância da presença do Serviço Social na educação; mais especificamente nas escolas, problematizando questões que envolvam as construções sociais vistas nesse estudo, sob a ótica de uma visão crítica pautada no projeto ético político da profissão. Somente através de um conjunto de ações que contemplem o indivíduo em sua totalidade, um trabalho que envolva o governo e a sociedade civil com foco na promoção da dignidade humana, como preceitua nossa constituição federal, é capaz de alcançar um resultado exitoso no combate à violência e à criminalidade, salvando, assim, muitos jovens de uma vida de privações e de uma morte precoce. ■

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna. 1993. 2ª ed. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/MartaCaregnato/maria-lcia-aranha-filosofando-introduo-filosofia>> Acessado em 06/08/2015.

ARAUJO, Leila; BARRETO, Andreia; HEILBORN, Maria Luiza. (Orgs.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP- GeR: módulo III*. Rio de Janeiro; CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011.

_____. Leila; BARRETO, Andreia; HEILBORN, Maria Luiza. (Orgs.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP- GeR: módulo VI*. Rio de Janeiro; CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 117.127-147.2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>. Acessado em 12/04/2015.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 33ª Ed. – 2010

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 11ª ed., vol. 1.

CROCE, Delton; JÚNIOR, Delton Croce. *Manual de Medicina Legal*. 8. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rosanegafanhota/manual-de-medicina-legal-delton-croce-junior>>. Acessado em 10/04/2015.

DELGADO, Guilherme e THEODORO, Mario. Política Social: Universalização ou focalização – subsídios para o Debate. *IPEA*, agosto/2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio3_Mario7.pdf>. Acessado em 15/07/2015.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução NEVES, Paulo, revisão da tradução BRANDÃO, Eduardo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 – (Coleção Tópicos).

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25ª ed.- São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, n.22, 2001.p.102-110.

Instituto Elo. *Programa Fica Vivo*. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/noticias/leitura/1141>>. Acessado em 06/08/2015.

MELO, Eduardo de Lima. A influência da mídia na formação dos grupos sociais na adolescência na Vila Olímpica do Genibaú, Ceará: In: *EFDespotes.com*, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 19, Nº 191, abril de 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd191/a-midia-na-formacao-dos-grupos-sociais.htm>>. Acessado em 25/06/2015.

MIRANDA Monique. Classificação de raça/cor: e etnia: Conceitos terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2010, **Fiocruz**. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/pesquisaracaesaude/cp155654?related=1>>. Acessado em 06/08/2015.

MULLER, Jean Marie. A atualidade de Gandhi: filosofia e ação. Celebração do 1º Dia Internacional da não Violência. In: **BRASIL**, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Cultura de paz: da reflexão à ação. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>>. Acessado em 05/04/2015.

MUNANGA, Kabengele. *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ – 05/11/03. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Geraaufms/uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo>, Acessado em 06/08/2015.

PRAZERES, Vasco. *Saúde juvenil no masculino: Gênero e Saúde Sexual e reprodutiva*. Lisboa: Direção Geral da Saúde, 2003. Disponível em: <www.arslvt.min-saude.pt/uploads/.../SJM Masculino.pdf>. Acesso em 05/11/2014.

Secretaria do Estado de Defesa Social. Estatísticas da Criminalidade. Territórios de Desenvolvimento: *A Situação econômica e Social de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.mapaderesultados.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vm13532&anonymous=true>> Acessado 25/09/2015

STREY, MARLENE NEVES. *Violência de Gênero: uma questão complexa e interminável*. In AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires; STREY, Marlene Neves (Orgs.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 320 p. – (Coleção Gênero e Contemporaneidade, nº 2)

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Versão Preliminar*. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/m>>. Acessado em 08/08/2015.